



IMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA E ACORDOS BILATERAIS: A PERMANÊNCIA DE ALUNOS AFRICANOS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS ¹

Gleice Tatiane Barros Silva

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará

gleycesilvaxd@hotmail.com

Débora Alfaia da Cunha

Prof.^a Dr.^a da Faculdade de Pedagogia

Universidade Federal do Pará

alfaiadacunha@gmail.com

Resumo: O objetivo do estudo é realizar um levantamento sobre o estado da arte em relação a permanência de estudantes africanos que ingressam em Universidades brasileiras, por meio de acordos bilaterais do Programa de Convênio de Graduação. O objetivo do Programa é dar oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tenha firmado acordo de cooperação educativa. O Programa seleciona estrangeiros com ensino médio completo com o compromisso de, ao final do curso de graduação, regressarem aos seus países de origem, o que torna esses alunos imigrantes temporários. Neste contexto, a pesquisa problematiza essa modalidade de imigração temporária acadêmica, articulada com os processos de socialização e vivência intercultural dos alunos do Continente Africano. O intuito da pesquisa é ampliar o debate acerca das modalidades de imigração que surge pelo processo de globalização das universidades. A metodologia do estudo foi o levantamento bibliográfico das pesquisas empíricas já realizadas sobre o tema. Os resultados evidenciam que o tema vem ganhando destaque, mas que ainda é preciso ampliar as análises sobre as experiências interculturais vivida pelos alunos africanos no Brasil.

Palavras-Chave: Imigração temporária. PEC-G. alunos africanos.

Introdução

A migração de estudantes estrangeiros para o Brasil é um tema pouco debatido dentro das próprias instituições de ensino superior. Não somente a Universidade Federal do Pará aceita estudantes de diferentes nacionalidades como também outras universidades no Brasil por meio de diferentes acordos de cooperação internacional, entre eles o Programa de Convênio de Graduação, PEC-G. Assim, apesar desses alunos estarem chegando a praticamente uma década, observa-se poucas pesquisas referente à permanência desses alunos africanos nos seus cursos de graduação.

A problemática do jovem africano nas instituições brasileiras não tem sido um objeto de estudo científico latente. Os poucos pesquisadores desse tema são os próprios alunos africanos que retratam suas trajetórias em monografias, dissertações e teses no cenário acadêmico.

¹ O trabalho é resultado do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação- GEPInTE, da Faculdade de Pedagogia, do Campus de Castanhal/UFGA, coordenado pela Dra. Débora Alfaia da Cunha.



Importa dar visibilidades a esses imigrantes temporários pelo valor dos acordos de cooperação internacional como política de reparação e reconhecimento da dívida histórica do Brasil com os países africanos. Reconhecer e positivar a cultura africana é fundamental para o diminuir preconceitos em relação ao Continente Africano e as nossas próprias raízes culturais.

O objetivo do estudo é realizar um levantamento sobre o estado da arte em relação as pesquisas empíricas sobre o processo de permanência e socialização dos alunos africanos nos cursos de graduação de universidades brasileiras; bem como as abordagens propostas por essas pesquisas para analisar a experiência do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Metodologicamente, o estudo segue uma abordagem qualitativa e utiliza como fonte de dados os bancos de teses e dissertações digitais, bem como banco de artigos disponíveis na web.

1. Os acordos internacionais com o Continente Africano

A ligação entre Brasil e África iniciou em 1538 com a chegada da primeira leva de africanos que foram trazidos e escravizados pelos colonizadores portugueses que ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul, no séc. XVI, essa relação se estendeu até 1850, quando iniciou o declínio do tráfico de negros escravizados.

Após a independência do Brasil, houve o fim do tráfico de escravos que coincidiu com o início da expansão colonialista européia na África, o que gerou um retrocesso nas relações e o afastamento entre Brasil e África. Ao longo dos governos essa relação teve momentos de afastamentos e aproximações.

Em 1961, durante o governo de Jânio Quadros, foi preciso ocorrer o desencadeamento da Política Externa Independente, para que a África ganhasse importância para a diplomacia brasileira. Foi quando ocorreu a assinatura de vários acordos culturais o que propiciou o surgimento do programa de bolsas de estudos para estudantes africanos no Brasil, o que daria origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC).

No governo de Médici, apesar de ter sido o mais repressivo do regime militar, voltou a tomar iniciativas de aproximação com a África. Durante a crise do Petróleo, em 1973, e o início do governo de Geisel marcavam o aprofundamento da política africana.

Apesar das dificuldades econômicas, o governo de Sarney manteve a relação Brasil – África.

Seguindo essa linha temporal, em 1991, o governo neoliberal de Fernando Collor gerou um novo período de afastamento em relação ao continente africano.



Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, as relações com a África permaneceram modestas. No entanto, houveram algumas iniciativas importantes que mais adiante foram aprofundadas pelo governo Lula.

A partir de 2003, no governo de Lula os laços entre Brasil e o continente africano receberam um novo olhar, um novo impulso. A necessidade de aproximação e cooperação se dá devido o Brasil ter laços históricos com o continente e por um país com uma grande população de afrodescendentes, o que gera um debate interno acerca da promoção da igualdade racial. O então presidente brasileiro compreendia o continente africano como um vetor fundamental da política externa e a autodefiniu como afirmativa e propositiva. Além de nomear a África do Sul entre os grandes países em desenvolvimento. Durante seu governo as políticas afirmativas buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira.

Essa aproximação visa estratégias econômicas, haja vista que, o continente africano, embora apresente altos índices de pobreza, é um continente que representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil. Novas embaixadas foram implantadas e a diplomacia brasileira aumentou.

Entre os esforços diplomáticos de aproximação Brasil e África se destacam os acordos de Cooperação internacional, entre os quais o PEC-G. Tal programa foi criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613. Atualmente é regido pelo Decreto nº 7.948 e administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. Oferece a estudantes estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, de países em desenvolvimento os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, sejam elas federais, estaduais ou particulares.

O objetivo do programa é incentivar a formação acadêmica de cidadãos estrangeiros, para que eles retornem aos seus países de origem e possam contribuir para o desenvolvimento da área na qual se graduaram. Além disso, uma das principais importâncias do PEC-G é a sua participação na formação de novos líderes em vários países.

Mais recentemente o Programa de Estudantes Convênio foi ampliado e passou a contemplar a pós-graduação, com bolsas brasileiras, bem como, com o objetivo de fomentar a cooperação em pesquisas científicas e no intercâmbio de professores.



Especificamente na Universidade Federal do Pará, os alunos vinculados a este Programa, de graduação ou de pós-graduação, são apoiados academicamente pela Casa Brasil África (CBA), vinculada à Pró-Reitoria de Relações Internacionais (Prointer). A CBA é compreendida como uma das mais importantes iniciativas para a recepção e permanência de estudantes africanos na universidade.

Contudo, não há, segundo o protocolo do acordo, uma estrutura ou metodologia fixa de como esses estudantes serão inseridos e acompanhados em sua experiência intercultural nas diferentes instituições brasileiras, o que demanda um estudo mais detalhado sobre esse processo.

Além disso, todas essas ações de cooperação sempre receberam críticas da oposição que acusavam o governo de desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro. Com a drástica mudança política e a crescente perda de direitos, iniciada em 2016, a cooperação com o Continente Africano volta, infelizmente, a apresentar um movimento de refluxo.

2. Apresentação e análise dos dados

O processo migratório africano não é um fenômeno recente para se estudar. De acordo com Mungoi (2006), “este movimento teve início muitos anos antes do processo de descolonização que começou no final dos anos 60” cumprindo papel importante na formação dos intelectuais africanos que lutaram no processo de descolonização. Assim como os programas de convênios de estudantes de graduação não são recentes. Criado em 1965, pelo decreto nº 55.613 e, regido na atualidade pelo Decreto nº 7.948/2013. O “Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)” é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, através da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação. Tem como objetivo proporcionar aos estudantes de países em desenvolvimento que mantêm acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico com o Brasil, a oportunidade de ingressar nas Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

A priori, esse processo migratório de estudantes africanos para estudar em universidades brasileiras é temporário, pois, estes estudantes africanos precisam voltar para seus países de origem e contribuir para o seu desenvolvimento social. Isso justifica dizer que se trata, portanto, de uma migração até certo ponto “controlada” pelos Estados e realizada de acordo com determinados parâmetros.

Gusmão (2014) aponta que pouco ou até mesmo nada se conhece dos caminhos trilhados por jovens africanos, esse percurso do estudante africano nas IES brasileiras não são objetos de reflexões acadêmicas e científicas.



É coerente e faz-se necessário uma literatura mais ampla acerca dessa problemática, haja vista que, quando esses estudantes chegam ao Brasil para iniciar seus estudos eles se deparam com uma realidade diferente da que imaginavam e esperavam encontrar em solo brasileiro. E, ao passo que se surpreendem também se decepcionam ao perceberem que além da condição de serem estrangeiros existem maneiras de “ser negro” no Brasil que os diferenciam mais ainda dos negros brasileiros.

Nessa perspectiva, Subuhana (2005) mostrou que o preconceito racial é o principal motivo que causa mal-estar durante a permanência desses estudantes africanos no Brasil. Constatou também que apesar do reconhecimento por serem universitários e estrangeiros diminuía a experiência negativa quando se descobrem em desvantagem social pela tonalidade da pele escura.

Mungoi (2006) tratou essa problemática questionando a experiência de ser africano e negro no Brasil em um contexto onde o continente africano é tratado de maneira estereotipada e negativada, onde o negro está propício à discriminação devido a cor da pele. E se deparavam com situações que não estavam preparados, a exemplo disto, tem-se a questão da colonialidade do poder, onde Quijano (2005) relata a hierarquia das cores, isto é, os lugares mais inferiores na sociedade cabem aos negros de cor de pele mais escuras.

Na perspectiva de identidade, Mungoi (2006) diz que a identidade é uma construção social e dinâmica e os autores sociais utilizam diferentes estratégias para essa construção e para a reconstrução de suas identidades sociais e étnico-raciais. Nessa perspectiva, até que ponto essas identidades sofrem mudanças diante dos diferentes contextos e esferas sociais que esses estudantes africanos estão sujeitos?

3. Conclusão

Os dados apresentados compõem uma pesquisa inicial. Os resultados ainda são parciais, mas sugerem a necessidade do aprofundamento de políticas de inclusão dos alunos africanos para que estes se sintam mais seguros e valorizados dentro das universidades brasileiras. Indicam ainda a necessidade de ampliação das pesquisas sobre o processo de afirmação da identidade africana enquanto esses alunos vivem a experiência do intercâmbio internacional.

4. Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.



COELHO, Pedro, e MENDONÇA, Helio de (Orgs.). Relações Brasil-África: um colóquio. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Intelectuais negros: migração e formação entre conflitos e tensões. In: O público e o privado – Nº 23 – Janeiro/Junho – Fortaleza: UECE, 2014.

MEC. Protocolo do PEC-G. (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>)
<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie380empdf.pdf>.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. “O Mito Atlântico”: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN; LANDER, e, A Colonialidade do saber. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

SUBUHANA, Carlos. Estudar no Brasil: Imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro. p. 210 Tese (Doutorado em Serviço Social). USP, 2005.

SUBUHANA, Carlos. O estudante convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófona em São Paulo, Brasil. Texto apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro-BA, 2008.